

# CAPÍTULO 1

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### 1.1 INTRODUÇÃO

O maior desafio a ser vencido no estudo do Setor Costeiro Estuarino do Amapá refere-se a busca de alternativas metodológicas que permitisse considerar: a grande extensão dos municípios amazônicos em diferentes regiões ambientais, a precariedade de dados secundários locais disponíveis na época do trabalho e compatíveis com uma escala de trabalho detalhado que favorecesse as “negociações” setorizadas e que, finalmente fossem capazes de apreender e retratar a dinâmica sócio-econômica local.

Esses fatores fizeram com que a metodologia aplicada neste trabalho, fosse construída durante o processo de aplicação, tabulação, sistematização e análise dos dados permitindo que seus resultados subsidiassem o Diagnóstico Sócio-Ambiental Participativo.

### 1.2 PRINCIPAIS CONCEITOS UTILIZADOS

**Regiões Ambientais** – são unidades físicas do meio natural que possuem características de funcionamento próprias dos ecossistemas que a compõem. Compreende as três grandes regiões de atuação do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro no Setor Estuarino: Região Ambiental de Terra Firme, Região Ambiental da Planície Costeira e Região Ambiental das Águas.

**Região Ambiental de Terra Firme** – corresponde aos terrenos terciários das formações geológicas Alter do Chão e Barreiras, dentro dos municípios costeiros do setor trabalhado.

**Região Ambiental da Planície Costeira** – corresponde à área da planície costeira influenciada sazonal e diariamente pelas águas

pluviais e das marés e encontra-se limitada no continente pelos terrenos terciários e no limite externo pelas águas costeiras.

**Região Ambiental das Águas** - representa as áreas dos recursos hídricos superficiais englobando os rios e estuários.

**Municípios Costeiros** – municípios definidos segundo o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro e em consonância com o GERCO-Amapá, tendo como critério o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC II.

**Setor Estuarino** – composto por 6 municípios: Cutias do Araguari, Itaubal do Píririm, Macapá, Santana, Mazagão e Vitória do Jari, os quais sofrem influência direta do estuário do rio Amazonas.

**Área Urbano-Portuária** – área espacial englobando as sedes e o eixo de ligação entre as cidades de Macapá e Santana. O eixo, para efeito deste trabalho, inicia-se no baixo curso do Rio Matapi a partir do bairro do Elesbão até o posto da polícia rodoviária no km 9 da BR 156.

**Outras Sedes Municipais** – envolve as sedes dos municípios costeiros do setor estuarino excluindo-se Macapá e Santana, que se situam na área urbano-portuária.

**Área Rural** – toda a área especializada fora das sedes dos municípios costeiros, não obedecendo a delimitação de área rural adotada pelo IBGE.

### 1.3 METODOLOGIA GERAL

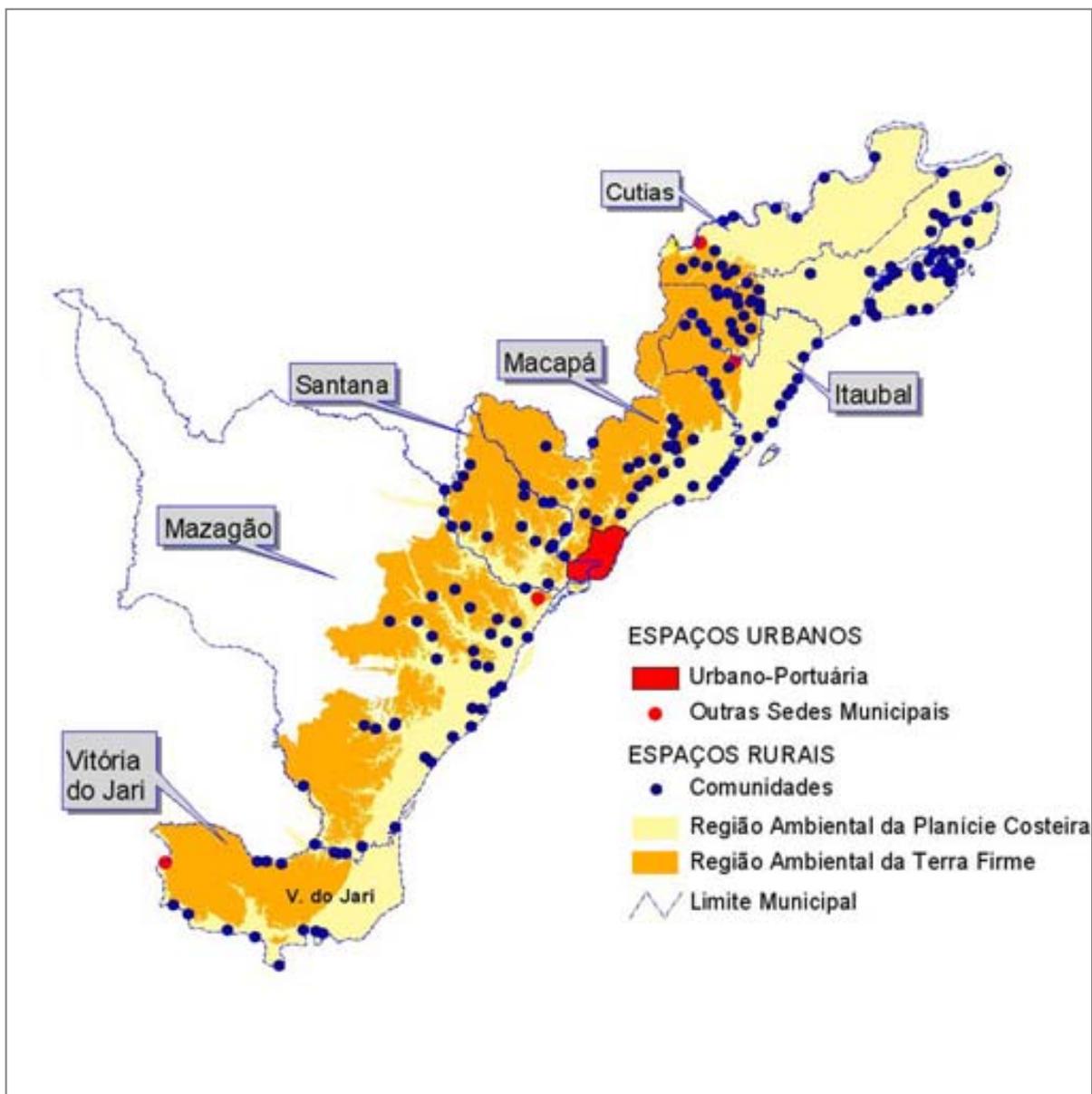
O estudo, multidisciplinar, teve sua fase inicial de coleta de informações primárias desenvolvida por técnicos da área do meio físico, em razão da carência de recursos humanos do meio sócio-econômico, na equipe inicial do Programa GERCO-AP, de mínimos recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades no momento de retomada do

Programa, o que dificultou o preenchimento de algumas lacunas em determinados setores do conhecimento que deveriam ser constituintes de um Diagnóstico Sócio-Ambiental.

A organização, sistematização e a análise da informação foram realizadas por estagiários e pesquisadores do GERCO/AP, com o apoio de técnicos que integravam a equipe do Programa Estadual de Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE/AP.

A primeira consolidação das informações deu-se no formato de temas individuais em relatórios técnicos parciais que iriam compor o diagnóstico preliminar da referida área. Contudo, com a evolução dos trabalhos, mudanças na estrutura da equipe e com o objetivo de tornar mais compreensível às informações trabalhadas; os relatórios parciais foram reorganizados, sendo que, por ter sido trabalhada apenas com dados secundários, a dinâmica demográfica é descrita no tema Diagnóstico do Setor Costeiro Estuarino.

Apesar da unidade de referência nacional para a avaliação da dinâmica sócio-econômica na escala de gestão dentro do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro-PNGC ser o município costeiro, para este trabalho obedeceu-se a orientação do GERCO-AP, trabalhando-se a região em dois eixos temáticos: um abrangendo os espaços urbanos e o outro abrangendo o espaço rural (Figura 1).



**Figura 1** – Eixos temáticos de trabalho na área de atuação do GERCO-AP no Setor Costeiro Estuarino.

Fonte: GERCO-AP

Os espaços urbanos não levaram em consideração a divisão clássica do IBGE e foram subdivididos em função de sua dinâmica sócio-econômica, em duas unidades. Uma unidade é representativa do sub-setor urbano-portuário envolvendo as cidades de Macapá e Santana, dentro de um eixo que se inicia no baixo curso do Rio Matapi, a partir do bairro do Elesbão até o posto da Polícia Rodoviária Federal, no km 09 da BR 156, e; a outra, são os espaços descontínuos ou seccionados que envolve as unidades relacionadas às sedes municipais dos municípios costeiros de Cutias, Itaubal, Mazagão e Vitória do Jari.

O espaço rural foi trabalhado através da coleta de dados primários e secundários, fora das sedes dos municípios costeiros. Para esta coleta optou-se por trabalhar com a célula comunidade tendo como diretriz que estas possuíssem pelo menos uma escola ou um posto de saúde, procurando obedecer ao conceito utilizado pelo IBGE para tal designação. Esta célula foi caracterizada a partir de entrevistas com pessoas chaves de cada comunidade, geralmente líderes comunitários, juntamente com educadores, acompanhados de moradores mais antigos do local.

A amostragem utilizada foi de 171 comunidades, usando-se também levantamentos de informações pré-existentes em diversos órgãos do Estado, referentes aos anos de 1999 e 2000.

Os dados trabalhados, tanto primários como secundários foram agrupados em um banco de dados estatísticos. Com os dados primários efetuaram-se exercícios e análises "cluster"<sup>1</sup> para agrupar os indicadores nas células mínimas de observação (comunidades). Os resultados ajudaram a identificar e selecionar variáveis para os indicadores sócio-ambientais e a estabelecer a unidade de análise dos mesmos. Estabeleceu-se então esta unidade de análise como o agrupamento de comunidades de acordo com sua localização nas duas regiões ambientais do setor trabalhado onde as mesmas estão assentadas: Planície Costeira e Terra Firme, dentro de cada município costeiro. Assim construíram-se as unidades sócio-ambientais.

Num primeiro momento as análises foram realizadas através da avaliação entre as unidades sócio-ambientais em relação ao setor costeiro trabalho. Posteriormente, estas unidades foram comparadas entre si considerando-se a divisão municipal. As comparações foram realizadas através da construção de indicadores simples. Aos indicadores construídos foram atribuídos pesos, onde os maiores pesos foram

---

<sup>1</sup> Onde se trabalha os indicadores de maneira a compor grupos por similaridades, não se estabelecendo escala de valores, logo não se impõe julgamento qualitativo conforme percepção do observador.

utilizados para o que existe de potencial nas variáveis trabalhadas, de acordo com a sustentabilidade de cada temática sócio-econômica, seguindo a filosofia estabelecida para o Diagnóstico Sócio-Ambiental Participativo.

Os indicadores foram agrupados em um índice composto para cada temática que reflete as potencialidades de cada unidade sócio-ambiental.

Nestas análises na área de atuação do GERCO-AP no Setor Costeiro Estuarino, foram incluídas duas comunidades (Ariramba e Conceição do Muriacá) do município de Laranjal do Jari, as quais localizam-se ainda na planície costeira e área limítrofe, na zona de confluência dos limites dos municípios de Vitória de Jari, Mazagão e Laranjal do Jari. Onde estas comunidades aparecem, seus dados foram incluídos no município de Vitória do Jari, pois as mesmas são influenciadas diretamente pelos aspectos sócio-econômicos desse município, bem como as suas vias de acesso, o que justifica a inclusão de seus dados nesse município, não respeitando a divisão física municipal.

A escolha das unidades sócio-ambientais, nos espaços rurais, e da abordagem em duas unidades para espaços urbanas, se deve a vários fatores:

a) o município como unidade de referência no Estado, abrange uma área espacial grande que dilui os dados e mascara a realidade das comunidades que vivem nas regiões da planície costeira e terra firme;

b) já existe no Estado, estudos levando em consideração a divisão político-administrativa municipal relacionados ao Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico, trabalhado em escala 1:1.000000, e estudos em escala 1:250.000 na Área Prioritária I do Projeto de Gestão Integrada que tomou como unidade de referência a divisão de setor

censitário. Isto nos levou a refletir que estudos em escala 1:100.000 devem trabalhar as relações sociais, econômicas e culturais em escala mais detalhada;

c) os levantamentos executados pelo Programa GERCO-AP, as relações sócio-econômicas, culturais e ambientais, observadas em campo e da execução dos trabalhos de diagnóstico participativo, revelaram existir uma correlação entre as comunidades que constituíram os agrupamentos;

d) os indicadores utilizados puderam ser comparados com dados existentes no Estado, permitindo um melhor entendimento das relações sócio-econômicas culturais e ambientais em células menores que o município e o setor censitário;

e) acreditamos que o processo de gestão de espaços costeiros, em virtude da complexidade da relação homem e ambiente, se torna mais eficaz a medida que unidades homogêneas são consideradas nos estudos de zoneamento em escala menores que as regionais (1:1.000.000 ou 1:250.000).